

Nota da Comissão de Redação da Revista Portuguesa de Pedagogia

Comemoração dos 25 anos da Licenciatura em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra: Da Criação à Situação Atual, na (Re)Construção da(s) sua(s) Identidade(s)

**Armanda Pinto da Mota Matos, Albertina Lima de Oliveira,
Ana Maria Seixas, Carlos Folgado Barreira, Maria Filomena Gaspar
e Maria da Graça Bidarra**

A Licenciatura em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra comemora 25 anos da sua existência, no mesmo ano em que a Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação celebra o mesmo aniversário e a Faculdade em que se integra perfaz 35 anos da sua existência. Estando prevista desde a criação das FPCE nas Universidades de Coimbra, Lisboa e Porto, a Licenciatura em Ciências da Educação teve o seu início em momentos diferentes nas várias faculdades, obedecendo igualmente a lógicas de formação e perfis de procura algo distintos (Rocha & Nogueira, 2007).

A criação da Licenciatura em Ciências da Educação surge num contexto político-educativo marcado pela expansão, diversificação e diferenciação do ensino superior, em que as universidades são chamadas a contribuir em mais larga escala para a educação dos cidadãos, para a competitividade da economia e para a qualificação e a empregabilidade daqueles que a frequentam. Acresce que, de acordo com a LBSE (1986) opera-se a diferenciação entre profissionais de educação e de ensino e outros profissionais de educação, reconhecendo-se estes últimos como necessários ao desenvolvimento do sistema educativo, ocorrendo, posteriormente, o reconhecimento da Licenciatura em Ciências da Educação como habilitação para a carreira de técnico superior de educação, criada pelo DL n.º 515/99, seguido da Portaria n.º 63/2001, onde se definem os seus conteúdos funcionais.

A Licenciatura em Ciências da Educação surge então na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação em 1990, criada pelo Despacho n.º 10/90 de 27 de julho, sendo o seu plano de estudos e corpo docente muito associados à Psicologia, que contava já, à data, 10 anos de existência, nesta mesma instituição. Frequentada por

várias dezenas de estudantes, cedo se revelou necessário construir a sua identidade, afirmando a sua especificidade, demarcando-se da formação em Psicologia, o que conduziu, após uma década, à reestruturação do plano inicial, através do Despacho n.º 16584/2000 de 14 agosto. Com efeito, no plano inicial existia um número de unidades de crédito próximo nas áreas de ciências da educação e de psicologia, respetivamente 59 e 54, estando igualmente patente na própria designação das disciplinas a forte “psicologização do curso”. Na sequência desta primeira reestruturação, as disciplinas na área das ciências da educação passaram a representar 85 unidades de crédito, ficando apenas 27 unidades de crédito da área da psicologia. Com efeito, o relatório de avaliação das Licenciaturas de Psicologia e de Ciências da Educação de Coimbra, de 1999, apontava no sentido de que “as duas licenciaturas constituem áreas de estudo e percursos académicos diferentes”, sendo necessário “preservar, encorajar e desenvolver a sua identidade e autonomia” (Comissão de Avaliação Externa das Licenciaturas em Psicologia e Ciências da Educação, 1999, p. 27).

Forçoso é referir que no âmbito destes planos de estudos assumem particular relevância os estágios curriculares na construção da identidade socioprofissional dos futuros licenciados, podendo destacar-se que nas áreas do plano inicial surgiam a Planificação e Inovação Educativa, a Educação Especial, a Inadaptação Social e Educação de Adultos, passando após a sua reestruturação a contemplar a Educação Especial, a Educação de Adultos, a Análise e Intervenção em Educação e Formação e Tecnologias Educacionais. Sobre a importância dos estágios curriculares em ciências da educação, designadamente na área de Educação de Adultos, na definição dos percursos profissionais futuros, cf. Alcoforado, Sousa, Moio, Simões, Rita e Carvalho (2007) e Oliveira, Vieira, Alcoforado e Ferreira (2009).

No entanto, foi com a adequação a Bolonha que se registaram as maiores alterações, a começar pela duração da licenciatura, que passou de cinco anos para três anos, correspondendo assim ao 1.º ciclo de formação, que se completa agora com os cursos de mestrado e de doutoramento na mesma área. Adotando-se o sistema europeu de transferência de créditos (ECTS), os primeiros três semestres do curso, que totalizam 90 ECTS, englobam, essencialmente, domínios científicos ligados aos fundamentos da educação e às metodologias de investigação científica e de formação técnica, distribuídos por 18 unidades curriculares obrigatórias. O quarto, quinto e sexto semestre orientam-se, fundamentalmente, para domínios de formação específica e para o reforço da dimensão prática, bem como para unidades de formação optativas, sendo assim constituídos por 12 unidades curriculares obrigatórias (60 ECTS), duas opcionais (8 ECTS) e duas unidades de observação e intervenção (12 ECTS), estas últimas situadas nos dois semestres curriculares finais e que visam a aproximação aos contextos de trabalho (cf. Despacho n.º 13417-AJ/2007).

Neste percurso, de construção e afirmação da sua identidade, surge mais recentemente uma nova reestruturação da licenciatura (Despacho n.º 10701/2014) que, visando manter o caráter de formação de “banda larga” conferido a este ciclo de estudos, atendendo à complexidade dos fenómenos educativos e formativos e à diversidade dos saberes e possibilidades de intervenção que lhes estão associados, procura uma maior integração dos fundamentos, metodologias e áreas de formação específica, bem como reforçar a aproximação à atividade profissional. Com efeito, são introduzidos Seminários de Acompanhamento nas Unidades de Observação e de Intervenção/UOI, dedicados à abordagem de questões relativas à identidade, deontologia profissional e profissionalidade em educação e formação, promovendo a transferência das aprendizagens do contexto de formação para o contexto de trabalho.

Neste breve traçado da evolução dos planos de estudo da Licenciatura em Ciências da Educação na FPCEUC, desde a sua criação até ao momento atual, e apesar das transformações e ajustamentos que neles se podem registar, constata-se uma continuidade, coesão e direcionalidade neste domínio de formação, que se pretende de banda larga, aberto à diversidade e construção de saberes e identidades múltiplas.

Não cabe, no âmbito desta nota, a apresentação de dados sobre a satisfação dos estudantes, os índices de procura e de eficiência formativa, o número de diplomados e a situação face ao emprego, sendo que alguns destes aspetos foram já objeto de estudos anteriores, aquando da comemoração dos 10 anos da Licenciatura em Ciências da Educação (Rebello & Simões, 1999; Simões & Rebello, 1999). Esperamos poder apresentá-los em futuras publicações, contribuindo para o debate sobre as competências e funções profissionais dos graduados em Ciências da Educação, a reconfiguração das respetivas identidades e as novas profissionalidades face aos desafios e mudanças na sociedade e no campo educacional.

Referências

- Alcoforado, L., Sousa, C., Moio, I., Simões, J., Rita, R., & Carvalho, V. (2007). Transição para o trabalho de licenciados em Ciências da Educação pela FPCEUC, com estágio curricular na área de Educação de Adultos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 41(3), 375-388.
- Comissão de Avaliação Externa das Licenciaturas em Psicologia e Ciências da Educação (1999). *Relatório sobre as licenciaturas em Psicologia e em Ciências da Educação da Universidade de Coimbra*. Coimbra.
- Decreto-Lei n.º 515/99, de 24 de Novembro. *Diário da República – I Série-A*, n.º 274. Consultado em <https://dre.pt/application/file/642995>

- Despacho n.º 10/90 de 27 de Julho. *Diário da República - II Série*, n.º 172. Consultado em <https://dre.pt/application/file/711688>
- Despacho n.º 16584/2000 de 14 Agosto. *Diário da República - II Série*, n.º 187. Consultado em <https://dre.pt/application/file/715105>
- Despacho n.º 13417-AJ/2007, de 9 de Maio. *Diário da República - 2ª Série*, n.º 122. Consultado em <https://dre.pt/application/file/2228844>
- Despacho n.º 10701/2014, de 31 de Julho. *Diário da República - 2ª Série*, n.º 158. Consultado em <https://dre.pt/application/file/56296247>
- Lei n. 46/86 (Lei de Bases do Sistema Educativo), de 14 de Outubro. *Diário da República - I Série*, n.º 237. Consultado em <https://dre.pt/application/file/222361>
- Oliveira, A. L., Vieira, C. M., Alcoforado, L., & Ferreira, J. A. (2009). Vivências e percepções do estágio curricular em Educação de Adultos: A perspectiva dos alunos. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 43(1), 205-224.
- Portaria n.º 63/2001, de 30 de Janeiro. *Diário da República - I Série-B*, n.º 25. Consultado em <https://dre.pt/application/file/315236>
- Rebelo, J. A., & Simões, A. (1999). A situação do emprego dos licenciados em Ciências da Educação. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 33(2), 183-197.
- Rocha, C., & Nogueira, P. (2007). Vivências, percursos e produção científica em ciências da educação. *Educação, Sociedade & Culturas*, 24, 11-37.
- Simões, A., & Rebelo, J. A. (1999). A mudança de curso, entre os alunos de Ciências da Educação: Dimensões e razões do fenómeno. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 33(2), 159-181.